

# Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 10

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Marketplaces e as mudanças da reforma tributária (Artigo) ..... 3

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Investimento em eficiência tributária: estratégia para melhorar as finanças das empresas  
..... 5

FOLHA ONLINE - SP - COLUNAS E BLOGS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Organizações sociais se dizem preocupadas com efeitos da reforma tributária sobre repasses  
..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo cogita cortar tarifa de importação de milho e etanol ..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Trump confirma tarifaço para o próximo dia 4 ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Só câmbio pode ajudar governo a deter alta de alimento no curto prazo, diz FGV Ibre  
..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Trump anuncia tarifa adicional sobre China e confirma taxas sobre México e Canadá  
..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Produtores e indústrias acionam a Justiça contra taxa criada pelo MA ..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Aumento do desemprego indica economia desaquecida ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Janeiro registra saldo positivo ..... 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Desemprego aumenta menos que o previsto, e renda volta a subir ..... 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

BC lucra R\$ 270,9 bi e vai dar R\$ 28,1 bi ao Tesouro ..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Alvo de preocupação, gasto com BPC cresce 15% em janeiro ..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Pente-fino avança, mas meta de economia do governo segue distante.....	27
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Intervencionismo no preço dos alimentos pioraria a situação, dizem economistas.....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Déficit das contas externas dobra em janeiro.....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Com acordo, STF restaura transparência das emendas (Editorial).....	33
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE POLÍTICA	
Relatório técnico do Ibama recomenda veto à pesquisa na Margem Equatorial (meio ambiente) .....	35
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA SAQUE ANIVERSÁRIO	
FGTS: governo publica hoje MP para liberar saldo retido do saque-aniversário; veja perguntas e respostas .....	37
PORTAL UOL - ECONOMIA SAQUE ANIVERSÁRIO	
Pedra no sapato de Lula, inflação pode aumentar com MP do FGTS.....	38

# Marketplaces e as mudanças da reforma tributária (Artigo)

*Por Ana Helena Silva Lavigne de Souza*

Com o avanço das novas tecnologias e da transformação do cenário digital global, os marketplaces surgiram como protagonistas, representando um modelo de negócios que conecta vendedores (sellers) a consumidores finais, por meio de plataformas inteiramente digitais. Nesse contexto, o marketplace não é, em regra, o detentor dos bens ofertados, mas mero intermediário do negócio jurídico, o que possibilita diversos arranjos nesse ambiente de negociação - como as atividades B2C (empresa para o consumidor), B2B (empresa para empresa) e C2C (consumidor para consumidor), que refletem a variedade de atuação e público-alvo destas plataformas.

Pela sua natureza, as empresas que atuam como marketplaces geralmente exercem as atividades principais de intermediação de negócios e licenciamento de uso de software (disponibilização de plataforma digital), ambas atividades descritas na Lista Anexa à Lei Complementar nº 116/2003, que institui o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Não obstante tal enquadramento, historicamente as atividades dos marketplaces são objeto de debate entre Fisco e contribuintes. Entre os temas debatidos está a exposição dos marketplaces, nos últimos anos, a mais uma controversa exigência tributária: sua responsabilização pelo não recolhimento do ICMS incidente na venda das mercadorias, atribuída em solidariedade aos sellers por alguns Estados.

O fundamento legal mais utilizado pelos Estados para responsabilizar o marketplace é o artigo 124, inciso I, do Código Tributário Nacional (CTN), que trata da responsabilidade solidária quando há "interesse comum" dos participantes com a situação fática relacionada ao fato gerador da obrigação tributária. Nessa hipótese, o Fisco não precisaria exigir inicialmente o tributo do seller, podendo exigi-lo diretamente do marketplace.

Tal argumento tem sido duramente rebatido pelos contribuintes, na medida em que a mera intermediação (aproximação dos vendedores com os compradores) não bastaria para configurar o "interesse comum" ao qual se refere o inciso I do artigo 124 do CTN, já que inexistente qualquer interesse jurídico comum na situação

que resulta na obrigação tributária; os marketplaces não são sujeitos da relação jurídica de compra e venda de mercadorias, papéis estes em que figuram apenas o seller e o comprador.

Com a regulamentação da **reforma tributária**, por meio da promulgação da Lei Complementar (LC) nº 214/2025 que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o impasse tende a continuar em desfavor das plataformas digitais que atuam como marketplaces.

Isso porque a referida lei atribui a responsabilidade solidária pelo pagamento do IBS e da CBS às plataformas digitais, assim entendidas aquelas que atuam como intermediárias entre fornecedores e adquirentes nas operações e importações realizadas por meio eletrônico, e que controlem um ou mais dos elementos essenciais à realização da operação, quais sejam: cobrança, pagamento, definição dos termos e condições e entrega da mercadoria.

Logo, a responsabilização alcançará não apenas os marketplaces, mas empresas do setor de delivery e de oferta de transporte particular de passageiros, por exemplo.

De acordo com a LC 214/2025, a responsabilidade será solidária com o adquirente, em substituição ao fornecedor, caso este esteja localizado no exterior; ou o fornecedor, caso este seja domiciliado no Brasil e, sendo contribuinte, não registre a operação com documento fiscal eletrônico.

Tal exigência resultará para as plataformas digitais não só em uma maior contingência tributária (já que as empresas deverão levar em consideração também os **tributos** que podem ser exigidos por responsabilidade solidária), mas também em um aumento dos controles internos e de intercâmbio de informações com as autoridades fiscais. Nos termos da nova lei, as plataformas digitais deverão informar as operações e importações realizadas por seu intermediário, identificando o fornecedor, ainda que este não seja contribuinte dos novos **tributos** (dado este que deverá ser repassado ao marketplace pelas autoridades fiscais).

Além disso, caso o processo de pagamento seja iniciado pela plataforma digital, esta deverá adaptar-se

às regras do split payment (segregação e recolhimento do IBS e da CBS no momento da liquidação financeira da operação), nos termos da nova legislação.

Dentre as possíveis consequências do split payment para as plataformas digitais estão os custos evidentes com a implementação dos sistemas adequados e também a brecha para que os marketplaces sejam responsabilizados pela eventual diferença entre o valor do IBS e da CBS recolhidos e aqueles devidos na operação.

Essa situação reflete o desalinhamento do sistema tributário com os setores da economia digital: por um lado, a estratégia legislativa visa mitigar a evasão fiscal e facilitar a atividade fiscalizatória, concentrando a responsabilidade na figura do intermediador do negócio; por outro, acaba por transferir o ônus da fiscalização e do cumprimento das obrigações tributárias aos marketplaces, sobrecarregando e onerando o setor.

Nesse contexto, em que a discussão dos limites da responsabilidade dos marketplaces está longe de acabar, é urgente que as plataformas digitais se atualizem das mudanças promovidas pela **reforma tributária**, mapeiem os principais impactos em seu negócio e busquem especialistas que os auxiliem a se preparar para as novas obrigações (principais e acessórias) que estão por vir.

Ana Helena Silva Lavigne de Souza é advogada tributária do escritório Gaia Silva Gaede Advogados

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP  
Marketplaces e as mudanças da **reforma tributária**

**Site:**

**<https://valor.globo.com/legislacao/coluna/marketplaces-e-as-mudancas-da-reforma-tributaria.ghtml>**

# Investimento em eficiência tributária: estratégia para melhorar as finanças das empresas

A gestão financeira eficiente pode garantir a longevidade de uma empresa. Em um cenário econômico no qual a tributação é elevada e o sistema fiscal é extremamente complexo, o planejamento tributário é ferramenta essencial para auxiliar os gestores nesse desafio. Com essa prática, é possível reduzir custos, identificar oportunidades de créditos fiscais e adotar o regime de **impostos** mais vantajoso.

De acordo com estimativa do Grupo AG Capital, qualquer empresa com ao menos 50 funcionários celetistas consegue recuperar até 30% do custo tributário de um ano com base nos **impostos** pagos nos 5 anos anteriores. E o universo de organizações que pode se beneficiar desse serviço não é pequeno. Um levantamento interno do grupo mostra que cerca de 99% das empresas pesquisadas estão nessa situação.

O aproveitamento dos créditos fiscais, com a consequente redução da carga tributária, traz melhoria no fluxo de caixa e, com isso, a possibilidade de investimento em áreas estratégicas, permitindo o crescimento da companhia. Já a conformidade com a legislação fiscal diminui os riscos de multas e penalidades, o que fortalece a posição da empresa no mercado.

Por outro lado, a falta de planejamento pode fazer com que esses créditos passem despercebidos, prejudicando a saúde financeira do negócio. Em um cenário mais grave, é muito comum, as empresas que não investem na organização tributária correm o risco de pagar mais **impostos** do que o necessário e de enfrentar possíveis sanções por não estarem de acordo com as exigências legais.

Esse planejamento é ainda mais importante para empresas em expansão. Ao possibilitar um uso mais inteligente dos recursos disponíveis, a estratégia se torna uma base sólida para a sustentabilidade financeira de um negócio em crescimento. Contar com o auxílio de assessorias especializadas, principalmente as que têm foco em desenvolvimento de novas tecnologias, ajuda a garantir que o processo seja bem-sucedido, já que o investimento em inovação faz com que elas prestem um serviço mais ágil e

assertivo.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Com a **reforma tributária**, que promete alterar a estrutura do sistema, a organização dos **impostos** a serem pagos se torna ainda mais importante. As empresas precisarão adaptar suas estratégias para tirar proveito das novas oportunidades e minimizar eventuais impactos das mudanças legislativas. O processo de transição, no entanto, será complexo, já que o novo regime deverá coexistir com os atuais até 2033.

Durante a fase de transição, as empresas terão que revisar seus processos fiscais, adaptar suas tecnologias e se preparar para eventuais mudanças nas alíquotas e regimes especiais. Além disso, a **Reforma Tributária** pode gerar distorções e novos desafios para setores específicos, especialmente aqueles que operam em múltiplos estados, que podem ver um aumento na carga tributária devido à nova distribuição do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

Apesar de os objetivos da **Reforma Tributária** estarem voltados para a simplificação e desburocratização do sistema, é importante que as empresas estejam cientes dos riscos jurídicos que podem surgir durante a fase de implementação. Consultorias especializadas e participação em diálogos e consultas públicas são essenciais para garantir que as preocupações do setor sejam ouvidas e consideradas.

O planejamento tributário deve fazer parte de uma estratégia constante, alinhada aos objetivos de desenvolvimento da empresa. As empresas que entendem essa realidade têm vantagem competitiva no mercado e estarão sempre mais bem preparadas para superar os desafios e aproveitar as oportunidades que surgirem, independentemente do que acontecer no ambiente econômico. A conformidade com a legislação, o uso inteligente dos créditos tributários e a adaptação às mudanças fiscais

serão determinantes para garantir o crescimento sustentável no futuro.

**Notícias Relacionadas:**

PORTAL UOL

Investimento em eficiência tributária: estratégia para melhorar as finanças das empresas

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2025/02/investimento-em-eficiencia-tributaria-estrategia-para-melhorar-as-financas-das-empresas.shtml>

# Organizações sociais se dizem preocupadas com efeitos da reforma tributária sobre repasses

Com o avanço da **reforma tributária** no Congresso, representantes de 407 organizações sociais estão percorrendo o Senado para demonstrar preocupação com os rumos da cidadania fiscal -nome dado ao repasse de documentos fiscais de consumos para organizações da sociedade civil.

Hoje, 0,05% da arrecadação de IBS (Imposto sobre Bens e Serviço) e CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços) são destinados ao financiamento dos programas de incentivo à cidadania fiscal como, por exemplo, a Nota Fiscal Paulista, destinada a serviços de saúde e assistência social.

A senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) chegou a propor uma emenda para ampliação de 0,50% sobre a arrecadação. No entanto, não obteve êxito.

"Ao excluir a emenda [da senadora Mara], o desmonte do terceiro setor e das mobilizações sociais que já observamos no país continua, pois coloca em risco o pouco que já funciona", diz a diretora-executiva do Instituto Elos, Thais Polydoro.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2025/02/organizacoes-sociais-se-dizem-preocupadas-com-efeitos-da-reforma-tributaria-sobre-repasses.shtml>**

# Governo cogita cortar tarifa de importação de milho e etanol

**ISADORA DUARTE**

O governo federal cogita reduzir Imposto de Importação de produtos agropecuários para frear a alta dos preços dos alimentos.

No momento, está sob estudo a redução da tarifa de importação de milho e de etanol comprado de fora do Mercosul, relataram ao Estadão/ Broadcast pessoas que acompanham as tratativas. A proposta surgiu no grupo de trabalho interministerial que discute medidas para enfrentar a alta de preços de alimentos.

A possibilidade, entretanto, divide o governo. A medida é rejeitada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e pelo Ministério da Agricultura.

Uma ala, que envolve a Casa Civil e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, defende a proposta como uma das iniciativas possíveis para reduzir o preço das proteínas animais - que utilizam o milho como ração - e da gasolina, que tem até 27% de etanol na mistura. A ideia deste grupo é dar uma resposta imediata de redução dos preços por meio de corte do Imposto de Importação, em meio à queda de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A mudança seria temporária, mas ainda sem definição de prazo, de acordo com interlocutores.

A proposta circulou entre as reuniões de técnicos dos ministérios que discutem as medidas e ainda não foi levada ao presidente Lula, segundo um integrante que participou de três reuniões ocorridas nesta semana no Palácio do Planalto.

Hoje, já são isentos de Imposto de Importação milho e etanol comprados de países do Mercosul. Para o milho internalizado de fora do Mercosul, incide a Tarifa Externa Comum (TEC) de 8%. Para o etanol, a tarifa de importação para produto de fora do Mercosul é de 18%.

A redução dos **impostos** para estes produtos, segundo pessoas a par das discussões, poderia ser feita via inclusão na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (Letec), o que depende de deliberação da Câmara de Comércio Exterior (Camex).

A proposta que está na mesa seria zerar temporariamente ambas as tarifas, conforme interlocutores.

Uma das pessoas que acompanham o assunto lembra que o tema fez parte das discussões do grupo desde o início da cruzada do governo contra a **inflação** em meados de janeiro, inclusive com o **milho** sendo citado. Na época, o Executivo afirmou que faria um estudo sobre produtos que poderiam ser alvo da redução do imposto de importação.

De acordo com um interlocutor, a medida segue na mesa, mas o sentimento é de que o ímpeto pela medida está "diluindo".

A avaliação é semelhante à da proposta de controlar exportações, que também divide o Executivo: continua no radar, mas não está completamente descartada, apesar de ter reduzido a mobilização.

**EFEITO POLÍTICO.** Parte dos interlocutores considera "inevitável" a redução do Imposto de Importação de alguns produtos agropecuários. A medida é citada inclusive como alternativa política para acalmar os ânimos internos e tirar da pauta a ideia de limitar exportações de produtos agropecuários.

Uma das pessoas que acompanham as discussões avalia que a medida pode não ter reflexo econômico, mas ter efeito político.

Para o setor produtivo, a medida tende a ter impactos limitados.

Representantes da indústria de proteína animal afirmam que no momento não há importação de volume significativo de cereal, em meio à entrada da safra de verão no mercado.

Já produtores afirmam que a medida poderia trazer desestímulo à produção. Lideranças do setor produtivo lembram que o Brasil importa milho comumente do Mercosul, que entra no País sem Imposto de Importação, e que tem excedente de produção. Para eles, trazer milho dos Estados Unidos seria menos competitivo que os preços do mercado local.

Já representantes da indústria do etanol refutam a

ideia de internalizar o biocombustível com imposto zerado, alegando que a medida prejudicaria sobretudo o setor sucoenergético do Nordeste. Para eles, a medida é desnecessária e não geraria redução de preço final da gasolina ao consumidor. |

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

.....

## **Pedágio**

---

**8%** é a Tarifa Externa Comum (TEC) incidente sobre o milho comprado de países de fora do Mercosul

**18%** é o Imposto de Importação aplicado ao etanol adquirido de nações que não compõem o Mercosul

# Trump confirma tarifaço para o próximo dia

## 4

### WASHINGTON

Mesmo com a previsão do Fed, o banco central americano, de um impacto sobre a inflação já alta, o presidente dos EUA, Donald Trump, não deve recuar de sua política de taxar parceiros comerciais. Ontem, ele afirmou que as tarifas de 25% sobre importações do Canadá e do México passarão a vigorar no próximo dia 4. Ele disse ainda que a China será taxada em mais 10% na mesma data, além dos 10% que o republicano já havia anunciado.

O presidente americano justificou a medida como represália ao que ele classifica de pouco empenho dos países para conter a entrada de fentanil nos EUA. "Drogas ainda estão chegando ao nosso país vindas do México e do Canadá em níveis muito altos e inaceitáveis", escreveu ele, na sua rede social, a Truth Social. "Uma grande porcentagem dessas drogas, muitas delas na forma de fentanil, é feita e fornecida pela China." "Não podemos permitir que esse flagelo continue a prejudicar os EUA e, portanto, até que ele pare ou seja seriamente limitado, as tarifas propostas programadas para entrar em vigor no dia 4 de março entrarão, de fato, em vigor, conforme programado", escreveu o presidente.

No começo do mês passado, Trump impôs um tarifaço ao México e Canadá, os dois maiores parceiros comerciais dos Estados Unidos. A medida foi suspensa por 30 dias com a promessa dos líderes vizinhos de conter a imigração ilegal e o tráfico de drogas nas fronteiras com os EUA.

Além disso, na quarta-feira, Trump indicou que a União Europeia (UE) será taxada em 25% em produtos como automóveis, chips de computador e medicamentos. As taxas seriam cobradas além das tarifas recíprocas, conforme a Casa Branca. O presidente dos EUA já anunciou também que está removendo as isenções em suas tarifas de aço e alumínio de 2018, além de planejar impostos sobre as importações de cobre.

De acordo com técnicos do Fed, as expectativas sobre a inflação futura começaram a subir.

Até o momento, os dados não indicam uma disparada repentina nos preços, mas os dados passaram a ser observados com mais atenção.

As perspectivas de uma alta da inflação é alimentada, dizem economistas, pela abordagem de Trump em relação ao comércio exterior, imigração e tributação. Na terça-feira, pesquisa do Conference Board mostrou que a confiança do consumidor caiu drasticamente em fevereiro e as expectativas de inflação aumentaram.

A possibilidade de preços mais altos e crescimento mais lento poderia criar um revés político para Trump, que prometeu aos eleitores na eleição presidencial do ano passado que poderia reduzir a taxa de inflação, que aumentou durante o mandato do ex-presidente Joe Biden.

**INFLAÇÃO.** Em janeiro, pressionada por alimentos e energia (incluindo gasolina), a inflação nos Estados Unidos voltou a acelerar e fechou em 3% na taxa anualizada, ante 2,9% em dezembro.

Entre 2022 e 2023, o Fed aumentou as taxas de juros ao maior nível em duas décadas, quando chegou a um patamar entre 5% e 5,50%, na tentativa de conter um pico de inflação de 9,1%, registrado em junho de 2022. Hoje, o juro básico está entre 4,25% e 4,50%, após três cortes no ano passado.

Em janeiro, a autoridade monetária decidiu manter a faixa atual e não indicar mais cortes.

A meta de inflação anualizada perseguida pelo Fed é de 2%.

RESPOSTA. O ministro do Comércio da China, Weng Wentao, manifestou ontem a "firme oposição" do país às tarifas de 10% impostas pelos Estados Unidos sobre produtos chineses, destacando as implicações prejudiciais da medida.

O governo chinês afirmou que as diferenças comerciais entre os países devem ser tratadas "por meio de diálogos e negociações equitativas".

I NYT

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Só câmbio pode ajudar governo a deter alta de alimento no curto prazo, diz FGV Ibre

A redução dos preços dos alimentos no Brasil é um desafio complexo, que combina fatores conjunturais, mas também estruturais, e requer uma abordagem multifacetada do governo, com políticas públicas de médio e longo prazo, como investimentos em pesquisa, infraestrutura e aumento da lucratividade via produtividade não só em grandes commodities exportadoras, mas também em culturas-chave no prato dos brasileiros. No curto prazo, o máximo que o governo pode fazer é proporcionar um ambiente macroeconômico que não contribua para a depreciação cambial.

Essa é a avaliação de pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre) em apresentação ao Valor. Segundo eles, medidas intervencionistas que chegaram à mesa do governo, como o estabelecimento de cotas de exportação para produtos, não são recomendáveis. "Não existe solução fácil, e nós ainda vamos falar muito sobre alimentos nos próximos anos", diz André Braz, pesquisador do FGV Ibre e coordenador dos índices de preços da instituição.

Mudanças climáticas, aumento da demanda interna e externa, diminuição da oferta por troca de cultura, aumento de preços internacionais, câmbio e concentração na distribuição são fatores que ajudam a explicar a **inflação** dos alimentos nas últimas décadas, segundo Francisco Pessoa Faria, pesquisador associado do FGV Ibre.

"Mudanças climáticas tornam a oferta mais restrita e estável. A seca no Nordeste, por exemplo, parece que teve impacto duradouro sobre a produção na região. Isso é combinado ao aumento de demanda. Desde os anos 2000, foi um período de aumento do **PIB** per capita e melhora da distribuição de renda, que significaram mais consumo. Houve ainda maior demanda externa, com a China ampliando a presença no mercado de commodities", diz Faria.

A conclusão, aponta, é que a produção de lavouras no Brasil não está crescendo o suficiente para atender a demanda de alimentos voltados para consumo humano. De 2010 a 2023, observa Faria, a área plantada de soja no Brasil cresceu 90%, a de milho, 74%, mas as demais culturas ficaram praticamente estagnadas. No caso do arroz, especificamente, Faria diz que parece haver troca de cultura.

"Foi a produção que mais caiu no Brasil. Houve perda de área de arroz para soja no Maranhão e no Piauí, por exemplo, mas também para outras culturas que são mais rentáveis. Alguns Estados estão deixando de produzir arroz porque a produtividade era muito pequena", afirma Faria.

Ao mesmo tempo, 70% da produção de arroz brasileiro está concentrada no Rio Grande do Sul, uma região que tem apresentado clima volátil e imprevisível, observa Bráulio Borges, também pesquisador associado do FGV Ibre. "A gente tem de seguir aquela regra básica da economia de colocar os ovos em várias cestas", afirma.

A partir de observações como essas é que Faria diz que criar cotas de exportação "parece um absurdo", porque uma série de produtos com problemas nos preços não tem ligação com o mercado externo. Ele rebate o argumento de que beneficiar a exportação de alimentos tem aumentado a **inflação** no Brasil. "O fato de que o superávit comercial desses produtos significa um nível de taxa de câmbio menor possibilita um nível de preços também menor", diz Faria.

Ele cita também um estudo de Borges mostrando que outra saída constantemente aventada, de reduzir **impostos** para alguns setores, acaba virando mais margem para produtores do que queda de preços ao consumidor. Borges sugere que o governo pode avaliar questões como a das alíquotas de importação, para ver se o Brasil realmente cobra taxa muito alta, por exemplo, de importação de arroz da Ásia. "Também pode haver uma reorientação do Plano Safra para combinar uma política de preços mínimos em produtos que têm um alto peso no consumo doméstico", diz.

Mas, no curto prazo, o que o governo pode mesmo fazer é evitar pressionar a taxa de câmbio, dizem os especialistas. "Acho que realmente não tem muito o que fazer a não ser uma política macroeconômica que gere valorização cambial", afirma Borges.

Ele observa que o repasse do câmbio à **inflação** está entre 8% e 10%, ou seja, uma depreciação cambial de 10% vira 0,8 a 1 ponto percentual (p.p) a mais no IPCA um ano à frente. Para a cesta básica - que inclui os principais alimentos das famílias brasileiras, além

de itens como produtos de higiene -, no entanto, esse repasse é de 22%, segundo Borges. "E ele é muito mais rápido, quase instantâneo. Ou seja, a depreciação cambial do ano passado, da ordem de 25%, gerou um impacto muito relevante nos preços de alimentos nesse período mais recente. Se o câmbio se estabilizar no R\$ 5,70, R\$ 5,80 [por dólar] em vez de R\$ 6,20, R\$ 6,30, talvez, a gente possa observar algum alívio em relação ao preço dos alimentos", afirma.

Em um cenário otimista, Braz projeta um IPCA de 5,29% neste ano, com a alimentação no domicílio subindo 6%. No cenário pessimista, o IPCA iria para 6,65%, e a alimentação no domicílio, para 11%. Uma "tempestade perfeita" afetou o preço dos alimentos em 2024, segundo Braz. "Houve [os fenômenos climáticos] El Niño, La Niña, depreciação do câmbio, maior demanda. Teve de tudo."

Não existe solução fácil, e ainda vamos falar muito sobre alimentos"

- André Braz

Os alimentos, na verdade, vêm pressionando o IPCA desde 2020, lembra Braz. De dezembro de 2019 para cá, os preços da alimentação no domicílio subiram 55%, enquanto o IPCA subiu 33%. "Se o IPCA indexa a maior parte dos salários, o salário andou mais devagar do que a alimentação", afirma.

Na média, entre 2010 e 2016, a alimentação no domicílio respondeu por cerca de 21% do IPCA do período, aponta Braz. Entre 2017 e 2024, essa participação média subiu para 23%, sendo que em 2024 foi de quase 27%. "Gradualmente, a influência da alimentação na **inflação** média tem avançado, e isso é um desafio para a política monetária do Banco Central", diz.

Para a população, os impactos são mais sentidos pelas famílias de baixa renda. O peso da alimentação no custo de vida de quem ganhava entre 1 e 1,5 salário mínimo por mês passou de 18% em janeiro de 2018 para 22% em janeiro de 2025, segundo Braz, a partir de dados do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da FGV. Para famílias que ganham acima de 30 salários mínimos mensais, o peso da alimentação no domicílio passou de 9,2% para 11,3%. "Elas também perceberam o encarecimento dos alimentos, mas o comprometimento continua menor", diz.

Olhando para uma série mais longa, Braz nota que, de janeiro de 2000 a dezembro de 2024, a **inflação** da alimentação já subiu 485%, enquanto a alta do IPCA é de 347%. "Dá uma diferença de 1,08% ao ano. É muita coisa", afirma.

Borges pondera que o descolamento dos preços dos alimentos é um fenômeno global e perceptível desde meados da década de 2000. Alguns aspectos na oferta podem ajudar a explicar isso, como a queda na produção agrícola global, ligada à perda da produtividade, em parte pelas mudanças climáticas.

No Brasil, com dados do Ipea até 2021, ele observa que a produtividade da agropecuária no país cresceu 1,5% ao ano depois de 2012 - coincidindo com a estiagem crônica que o Brasil enfrenta desde então -, ante ritmo ao redor de 4% entre 1990 e 2000 e de quase 5% na segunda metade dos anos 1970.

Qualquer tentativa de solução para os preços dos alimentos que seja simples "com certeza vai falhar", diz Faria. "Precisa tirar da cabeça ideias como a de que com safra grande, a **inflação** de alimentos cresce menos. A questão é de longo prazo, não vai ser resolvida no curto prazo, requer uma série de iniciativas ao mesmo tempo."

Para ele, o que pode ser feito dentro de uma política não intervencionista é tornar outras culturas, para além da soja e do milho, rentáveis, aumentando sua lucratividade e produtividade. Ele cita também a redução de desperdícios, com estoques reguladores, aumento da silagem e infraestrutura. Borges menciona o estímulo à irrigação, mas pondera que, para isso, é preciso mapear as reservas de águas subterrâneas. Braz cita investimentos em cabotagem e ferrovias e no crédito ao pequeno produtor. "Mas essas coisas têm de ser distribuídas no tempo. Já se avisava há muito tempo que isso ia acontecer, se ninguém viu como prioridade, não tem estrutura para apagar esse incêndio, então, vamos ter de conviver com ele", diz.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188129?page=1&section=1>

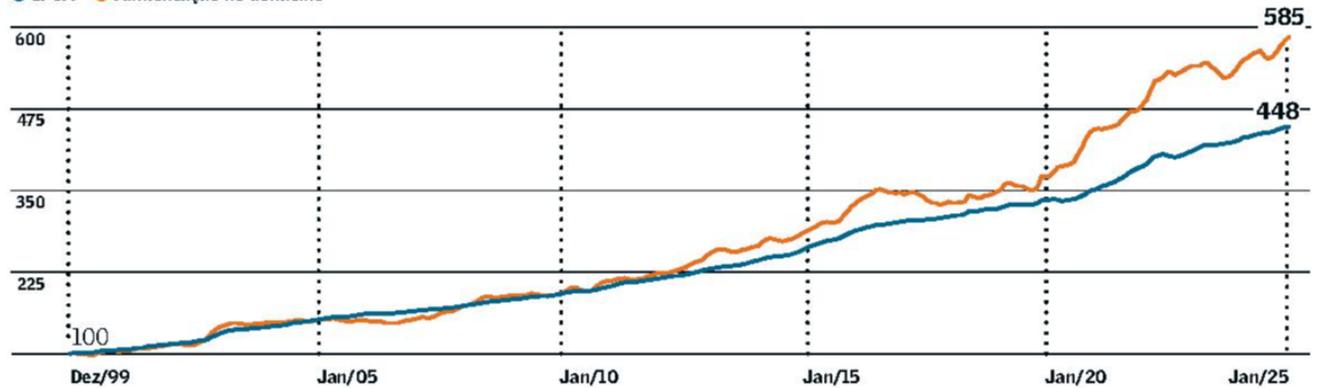
## Pressão na mesa

Inflação de alimentos no Brasil não é só conjuntural

### Evolução da inflação geral e de alimentos no Brasil

Em número-índice (dez/99 = 100/)

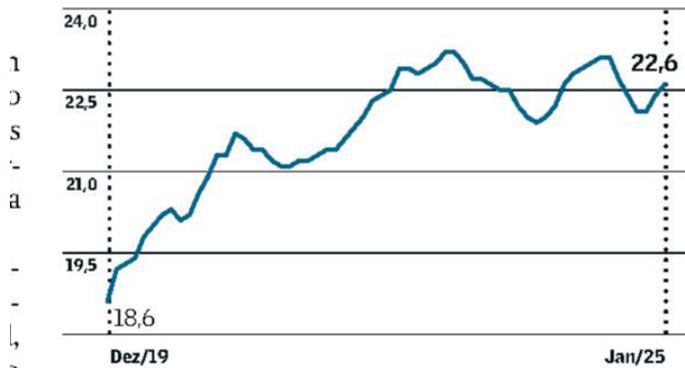
● IPCA ● Alimentação no domicílio



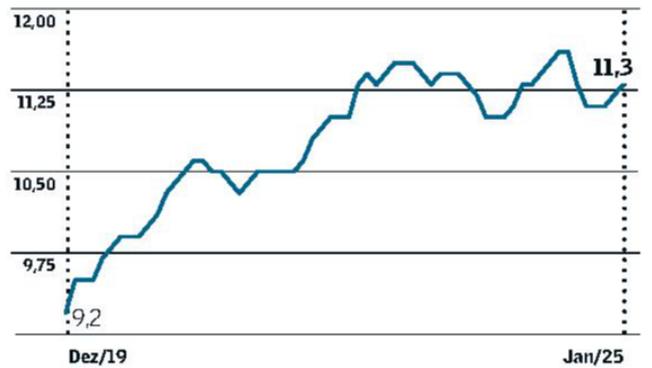
### Evolução do peso de gêneros alimentícios no IPC/FGV

Por renda\* (em %)

#### Baixa renda



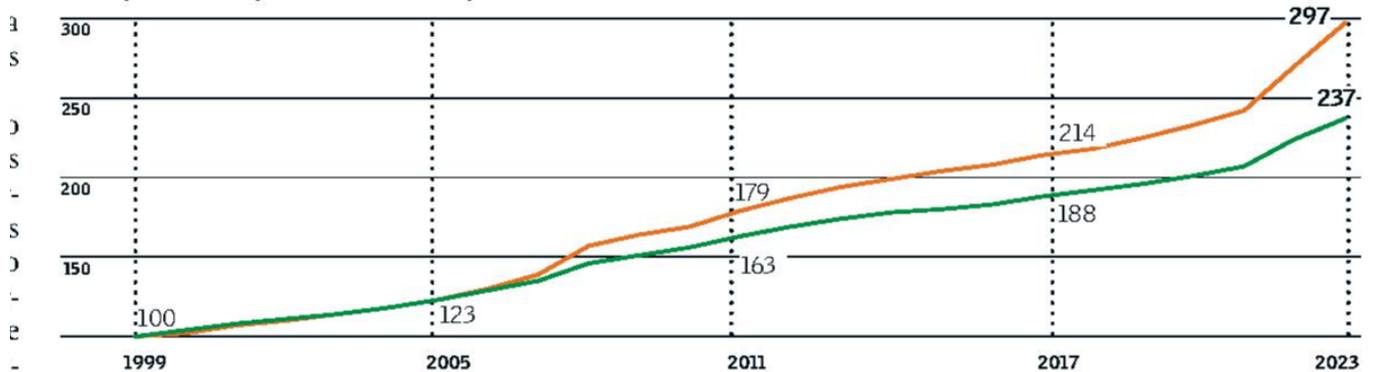
#### Alta renda



### Inflação varejista global \*\*

Em número-índice (1999 = 100)

● Inflação da alimentação no domicílio ● Inflação total



Fontes: Banco Mundial, IBGE e FGV. \*baixa renda = decil 1 (1 a 1,5 salário mínimo; alta renda = decil 10 (10 a 33 salários mínimos). \*\*mediana de 179 países

# Trump anuncia tarifa adicional sobre China e confirma taxas sobre México e Canadá

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou nesta quinta-feira (27) que vai impor uma tarifa adicional de 10% sobre as importações da China e seguirá adiante com a adoção de tarifas de 25% sobre produtos do México e do Canadá a partir de 4 de março, elevando o temor de uma guerra comercial mundial.

As tarifas de 25% sobre o México e o Canadá equivaleriam a um aumento total de **impostos** sobre o consumidor americano de algo entre US\$ 120 bilhões e US\$ 225 bilhões anualmente, segundo Jacob Jensen, analista de política comercial do American Action Forum, um think tank de centro-direita. As tarifas adicionais da China podem custar até US\$ 25 bilhões.

No início deste mês, Trump suspendeu as tarifas que propunha para importações do México e do Canadá poucas horas antes de entrarem em vigor, e deu aos dois maiores parceiros comerciais dos EUA uma prorrogação de um mês.

Mas em um post no Truth Social nesta quinta-feira (27), ele escreveu: "As TARIFAS propostas programadas para entrar em vigor em QUATRO DE MARÇO entrarão, de fato, em vigor, conforme o programado."

No post, o presidente acrescentou que também planeja golpear a China com uma tarifa adicional de 10% em 4 de março, acima das tarifas de 10% que já impôs este mês.

Trump escreveu que seu plano de tarifas "recíprocas" abrangentes, que foi anunciado este mês e afeta países e produtos ao redor do mundo, seguirá adiante em 2 de abril, como planejado.

Na sequência da nova ameaça de Trump, a cotação do yuan negociado fora da China em relação à moeda americana enfraqueceu 0,3%, para 7,289 yuans por dólar. Já o dólar subiu 0,6% em relação a uma cesta de outras moedas importantes.

Os comentários de Trump são a mais recente rodada de torpedos da política comercial agressiva adotada por seu governo desde sua volta à Casa Branca, em janeiro. Eles aumentam o risco de uma guerra comercial generalizada, que pode ocasionar danos

significativos à economia mundial.

A embaixada da China em Washington criticou as novas tarifas e advertiu que "não há vencedores" em uma guerra comercial.

"As tarifas unilaterais impostas pelos EUA não resolverão os problemas do país, nem beneficiarão os dois lados ou o mundo", afirmou o porta-voz da embaixada, Liu Pengyu. "A China pede aos EUA que corrijam seus atos indevidos."

O premiê do Canadá, Justin Trudeau, disse que seu país responderá a quaisquer "tarifas injustificadas" com uma "resposta forte, imediata e certa". Ele acrescentou que o Canadá, em resposta, vai impor imediatamente tarifas sobre US\$ 30 bilhões em bens importados dos EUA.

Os comentários desta quinta-feira (27) marcam uma reversão dos comentários feitos na quarta-feira (26), quando Trump disse que as tarifas sobre importações do Canadá e do México entrariam em vigor em 2 de abril, o que sugeria um possível adiamento.

É provável que essa última ofensiva para que as tarifas entrem em vigor em 4 de março - o dia em que o presidente deve discursar em uma sessão conjunta do Congresso americano - provoque uma corrida diplomática nos próximos dias para tentar impedir as medidas.

Uma delegação de autoridades mexicanas de alto nível visitará Washington nesta quinta-feira para se encontrar com o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, e discutir a cooperação na área de segurança.

Os EUA, Canadá e México integraram suas cadeias de suprimentos nas últimas décadas, de automóveis a produtos, e novas tarifas correm o risco de desestabilizar o pacto comercial da América do Norte que Trump assinou durante seu primeiro mandato. O comércio de bens e serviços entre o Canadá e os EUA foi de cerca de US\$ 920 bilhões em 2023, enquanto o comércio México-EUA foi de quase US\$ 900 bilhões, de acordo com dados do Departamento de Comércio dos EUA.

A nova tarifa sobre as importações da China marca uma escalada com respeito à taxa de 10% anunciada

por Trump no mês passado, que tinha como objetivo pressionar Pequim a reprimir grupos que exportam produtos químicos usados para produzir Fentanil.

Ao longo do último mês, Pequim tem tentado averiguar se Trump quer negociar um acordo comercial limitado com a China ou um acordo mais abrangente.

Autoridades chinesas e assessores do governo indicaram, de maneira não oficial, que Pequim estaria disposta a comprar mais produtos dos EUA para reduzir o déficit comercial entre os dois países.

Eles também disseram que as empresas chinesas poderiam fazer investimentos nos EUA para criar até 500 mil empregos, segundo fontes a par do assunto.

Mas os dois lados ainda não tiveram nenhuma discussão substancial sobre comércio.

O anúncio das tarifas adicionais sobre os produtos da China foi feito um dia depois de o Senado confirmar a nomeação de Jamieson Greer como representante comercial dos EUA. A embaixada da China nos EUA foi contatada para comentar. (Colaborou Christine Murray, da Cidade do México -- Com Associated Press e Bloomberg)

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188129?page=18&section=1>**

# Produtores e indústrias acionam a Justiça contra taxa criada pelo MA

**Taís Hirata e Cibelle Bouças De São Paulo e Belo Horizonte**

Uma nova cobrança criada pelo governo do Maranhão sobre as exportações de soja, milho, milheto e sorgo gerou uma disputa judicial entre produtores, indústrias e governo e causa temor de que a taxa se prolifere por outros Estados.

A Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado do Maranhão (Aprosoja MA), a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Amaggi, Louis Dreyfus Company (LDC) e ALZ Grãos acionaram a Justiça do Maranhão em três processos. O objetivo é barrar a Contribuição Especial de Grãos (CEG), taxa de 1,8% sobre os grãos que circulam pelo Estado com fins de exportação. A taxa começou a ser cobrada no dia 24.

A Aprosoja MA entrou com uma ação cível coletiva e pedido de liminar contra o Maranhão para revogar a lei que criou a CEG. O argumento é que a cobrança seria inconstitucional, tendo em vista que as exportações não podem ser taxadas.

José Carlos Oliveira de Paula, presidente da Aprosoja/MA, disse que a cobrança gerará prejuízo de 12% a 15% aos produtores. "É um prejuízo enorme, que vai acabar tendo efeito no plantio e nos investimentos da próxima safra", afirmou. A associação calcula que o custo anual da CEG pode chegar a R\$ 269 milhões.

Em decisão ontem (27), a juíza Sara Fernanda Gama, da 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Ilha de São Luís, remeteu o processo para a 2ª Vara da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís, onde tramitam dois processos com a mesma causa.

Um deles é um mandado de segurança coletivo com pedido de liminar da Abiove contra o Estado, pedindo a revogação da CEG. Em decisão na terça-feira (25), o juiz Osmar Gomes dos Santos, da 2ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, indeferiu o pedido, alegando que CEG "não incide diretamente sobre a exportação em si, mas sobre operações internas de produção, armazenamento e transporte de grãos no território maranhense".

"Na nossa visão foi absurda a decisão", criticou André

Nassar, presidente da Abiove. A associação vai recorrer da decisão.

O outro processo é um mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar, ajuizado pela Amaggi, LDC e ALZ Grãos, que opera o Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram). A causa é igual.

O mesmo juiz Osmar Gomes dos Santos extinguiu o processo por considerar mandado de segurança um instrumento inadequado para o caso. As empresas já recorreram.

Procurada, Secretaria da Fazenda do Maranhão afirmou que a CEG tem amparo constitucional no artigo 136 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído na **reforma tributária**.

E que a arrecadação será destinada ao Fundo de Desenvolvimento Industrial do Maranhão, para investimentos e custeio da infraestrutura rodoviária estadual.

"Portanto, o setor do agronegócio deverá se beneficiar da medida".

As entidades e as empresas discordam que a CEG tenha amparo constitucional no artigo 136, porque o Estado não tinha contribuição similar. O artigo permite aos Estados, que cobravam contribuição das empresas para fazer o diferimento do ICMS em 2023, instituir contribuições semelhantes.

Segundo fontes que acompanham o tema, a preocupação é que a cobrança se prolifere por outros Estados. No fim de 2024, o governo do Pará aprovou uma lei instituindo uma taxa sobre grãos, mas após pressão do setor, a lei foi revogada.

O tema também preocupa o setor logístico que depende em grande medida do fluxo de grãos.

"A principal preocupação é aumento do custo, isso vai impactar no transporte ferroviário. Outro temor é que a criação de **tributos** por Estados traz consequências para o fluxo das cargas, desbalanceia as matrizes de origem e destino, o que traz ineficiência e prejuízo ao sistema de transporte", diz Davi Barreto, diretor-presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF). A entidade

ainda estuda as medidas possíveis para evitar o cenário.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188129?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188129?page=1&section=1)**

# Aumento do desemprego indica economia desaquecida

» **RAFAELA GONÇALVES**

A taxa de desemprego no Brasil avançou a 6,5% no trimestre encerrado em janeiro, uma alta de 0,3 ponto percentual em relação ao trimestre imediatamente anterior, quando estava em 6,2%.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o total de desocupados no país chegou a 7,2 milhões de trabalhadores.

Em relação ao mesmo período de 2024, houve recuo de 13,1%, o contingente de pessoas desocupadas era de 8,3 milhões. O número de pessoas ocupadas ao final do trimestre encerrado em janeiro era de aproximadamente 103,0 milhões, uma diminuição de 0,6%. A variação é considerada comum no início do ano, visto que as demissões são mais comuns nesta época, com o fim dos contratos temporários.

Mesmo com a alta, o índice ainda é o menor para o mês desde 2014, indicando uma recuperação gradual no mercado de trabalho. "A taxa de desocupação para este trimestre, de 6,5%, foi menor do que em 2024 no mesmo trimestre (7,6%), ou seja, houve grande evolução", destacou o analista da pesquisa, William Kratochwill.

"Quanto à estabilidade da taxa composta de subutilização da força de trabalho, o resultado mostra que o aumento dos desocupados foi compensado pela redução do estoque de trabalhadores subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, que diminuiu 8,3%", afirmou.

Apesar da sazonalidade, especialistas alertam que os dados podem começar a sinalizar uma perda de tração do mercado de trabalho. "O pequeno aumento no desemprego pode ser um indicativo do que veremos nos próximos meses. Com juros altos, a economia deve desacelerar, pedidos de falência e recuperação judicial devem se intensificar e, conseqüentemente, teremos desemprego", destacou Jorge Kotz, CEO do Grupo X.

Informalidade.

A taxa de informalidade registrou queda, passando de

38,9%, no trimestre móvel anterior, para 38,3% no trimestre encerrado em janeiro. No mesmo trimestre de 2024, o índice estava em 39,0%.

Essa retração é consequência da redução do contingente de trabalhadores sem carteira assinada, acompanhada da estabilidade do número de trabalhadores por conta própria nas comparações trimestral e anual.

O número de empregados com carteira assinada no setor privado, por sua vez, ficou estável na comparação trimestral e cresceu 3,6% frente ao mesmo trimestre do ano anterior, em um contingente de 39,3 milhões de pessoas.

A taxa de subutilização, que faz a relação entre desocupados, quem poderia trabalhar mais e quem não quer trabalhar com toda a força de trabalho, ficou em 15,5%, resultado também considerado estável na comparação trimestral.

Qualitativamente, a dinâmica do mercado não foi favorável, conforme avalia Igor Cadilhac, economista do PicPay. "Tanto a taxa de participação quanto o nível de ocupação apresentaram retração. Além disso, o número de desocupados aumentou 5,3% em relação ao trimestre móvel anterior", ponderou.

"Por outro lado, considerando o forte número de vagas formais criadas no período, a taxa de informalidade registrou sua terceira queda consecutiva, passando de 38,6% para 38,3%. Ainda que a composição do mercado de trabalho tenha mostrado piora no curto prazo, as aberturas seguem em níveis historicamente positivos", disse.

Rendimento.

No trimestre encerrado em janeiro, o rendimento médio real das pessoas ocupadas foi de R\$ 3.343, um crescimento de 1,4% em relação ao trimestre encerrado em outubro e de 3,7% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. Mesmo que os rendimentos não tenham apresentado variação estatisticamente significativa no trimestre, permaneceram em um patamar elevado, quando considerada a série histórica.

Já a massa de rendimento real habitual, que é a soma

das remunerações de todos os trabalhadores, atingiu R\$ 339,5 bilhões, ficando estável no trimestre e crescendo 6,2%, um incremento de R\$ 19,9 bilhões, no ano. "Considerando as implicações desse quadro para a **inflação**, o hiato do produto apertado gera preocupações, especialmente diante da nova regra do salário-mínimo, avaliou Cadilhac.

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/02/28/all.pdf>**

## Números da Pnad

- » Taxa de desocupação: **6,5%**
- » População desocupada: **7,2 milhões de pessoas**
- » População ocupada: **103 milhões**
- » População fora da força de trabalho: **66,8 milhões**
- » População desalentada: **3,2 milhões**
- » Empregados com carteira assinada: **39,3 milhões**
- » Empregados sem carteira assinada: **13,9 milhões**
- » Trabalhadores por conta própria: **25,8 milhões**
- » Trabalhadores domésticos: **5,8 milhões**
- » Trabalhadores informais: **39,5 milhões**

**Fonte:** IBGE.

# Janeiro registra saldo positivo

As contas do Governo Central - que incluem os resultados da Previdência, do Tesouro Nacional e do Banco Central - registraram superavit primário em janeiro, conforme divulgou, ontem, a secretaria do Tesouro Nacional. Neste mês, a diferença entre as receitas e as despesas ficou positiva em R\$ 84,882 bilhões. O resultado sucedeu o superavit de R\$ 24,026 bilhões em dezembro.

O saldo em janeiro foi o melhor desempenho em termos reais para o mês desde janeiro de 2023 - a série histórica do Tesouro foi iniciada em 1997.

Em janeiro de 2024, o resultado havia sido positivo em R\$ 79,462 bilhões.

O resultado do primeiro mês do ano veio abaixo da mediana das estimativas do mercado financeiro, que era de superavit de R\$ 87,35 bilhões. O intervalo das estimativas, todo positivo, variava de R\$ 67,080 bilhões a R\$ 97,500 bilhões.

Em janeiro, as receitas tiveram alta de 3,5% em relação a igual mês do ano passado. Já as despesas subiram 4,4% em janeiro, descontada a **inflação**, em comparação com o mesmo período do ano passado.

As contas do Tesouro Nacional e do Banco Central registraram um superavit primário de R\$ 104,497 bilhões em janeiro, de acordo com os dados divulgados pelo Tesouro.

Já o resultado da Previdência foi deficitário em R\$ 19,615 bilhões no primeiro mês do ano.

Considerando-se apenas as contas do Banco Central, houve deficit de R\$ 13 milhões em janeiro.

Em 12 meses até janeiro, o Governo Central apresenta deficit de R\$ 42,2 bilhões, equivalente a 0,32% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Desde janeiro de 2024, o Tesouro passou a informar a relação entre o volume de despesas sobre o **PIB**, uma vez que o arcabouço fiscal busca a estabilização dos gastos públicos.

No acumulado dos últimos 12 meses até janeiro, as despesas obrigatórias somaram 17,12% em relação ao **PIB**, enquanto as discricionárias do Executivo alcançaram 1,56% em relação ao **PIB** no mesmo período.

Para 2025, o governo federal busca um resultado

primário neutro (0% do **PIB**), permitindo uma variação de 0,25 ponto porcentual para mais ou menos, conforme estabelecido no arcabouço.

O limite seria um deficit de até R\$ 31 bilhões. O limite de despesas para 2025 é fixo em R\$ 2,249 trilhões neste ano.

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/28/all.pdf>

# Desemprego aumenta menos que o previsto, e renda volta a subir

A taxa de desemprego no Brasil subiu para 6,5% no trimestre encerrado em janeiro, após fechar 2024 com o menor patamar de desocupação desde 2012, início da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE. O número veio abaixo do esperado pelos analistas, que projetavam taxa de 6,6%, e ainda é o menor para os trimestres encerrados em janeiro desde 2014. Além disso, a renda média real do brasileiro chegou a R\$ 3.343 -alta de 1,4% sobre o trimestre anterior e de 3,7% sobre o mesmo período do ano passado -o que, segundo economistas, pode pressionar a **inflação**.

Segundo o IBGE, o aumento da taxa do desemprego no trimestre encerrado em janeiro reflete fatores sazonais.

-O resultado de agora está dentro do esperado. No primeiro trimestre sempre há um aumento da desocupação por conta de desligamentos temporários de pessoa contratadas só para trabalhar nas festas do fim do ano. Não representa uma mudança de trajetória do mercado de trabalho, que teve um excelente ano em 2024. Há ainda um componente da renovação dos contratos do setor público, que também pode acontecer muito nesse período - diz William Kratochwill, analista do IBGE.

Ele destacou o efeito das eleições municipais no fim do ano passado, com troca de funcionários neste início de 2025, o que ajudou a reduzir em 2,8% o número de empregados em empresas públicas no trimestre.

Kratochwill avalia que o aumento da renda mostra que, apesar do aumento sazonal do desemprego, o mercado de trabalho continua aquecido. A taxa divulgada ontem, de 6,1%, é bem menor que os 7,6% registrados no mesmo período em 2024 e os 8,4% de 2023.

-O estoque de trabalhadores disponíveis para ocupar posições está cada vez menor, então o preço do insumo tende a aumentar -explica.

A massa de rendimentos (a soma das remunerações de todos os trabalhadores) ficou estável, em R\$ 339,5 bilhões, mas houve um crescimento de 6,2% (mais R\$ 19,9 bilhões) em relação a igual período do ano passado.

-Ao observamos a variação em relação ao trimestre anterior, a população ocupada diminuiu em 0,6% (para 103 milhões de pessoas), ou seja, existiam menos 641 mil trabalhadores ocupados e ainda assim a massa de rendimento permaneceu estatisticamente estável - disse Kratochwill.

## PRESSÃO INFLACIONÁRIA

Na análise de economistas ouvidos pelo GLOBO, os dados mostram que a dinâmica dos salários ainda pode continuar pressionando a **inflação**, mas o mercado de trabalho tende a perder força nos próximos meses.

-Ainda não é um sinal de que a economia está desacelerando, mas esse ano a gente tem uma conjuntura que indica que a atividade deve desacelerar. A taxa de juros do Banco Central está aumentando justamente para segurar esse mercado de trabalho muito aquecido, e com isso observar um crescimento menor dos salários e facilitar um controle da **inflação** lá na frente - avalia Fernando Barbosa Filho, do FGV Ibre.

Para o economista, os impactos do aumento de juros devem ser mais visíveis a partir do segundo semestre.

Barbosa Filho ressalva que a previsão não considera impactos de incentivos que o governo quer oferecer ao longo do ano, como mais liberações do FGTS, saqueaniversário e estímulo ao crédito, na contramão do que busca o Banco Central.

Rafael Perez, economista da Suno Research, diz que "os números da população ocupada e de empregados no setor privado mostraram sinais de arrefecimento". Ele acredita que o ritmo de expansão da renda das famílias pode começar a desacelerar, mas a **inflação** deve continuar pressionada.

## RECUO PROGRESSIVO

Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, afirma que a desaceleração da atividade econômica deve acontecer de maneira gradual ao longo dos próximos meses:

- O primeiro resultado de 2025 corrobora a expectativa de desaceleração gradual do mercado de trabalho

brasileiro ao longo do ano, o que está em linha com a nossa visão de que a perda de tração do crescimento econômico também acontecerá de maneira progressiva, porém, possivelmente irregular.

A taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua, do IBGE, foi divulgada um dia depois de o Ministério do Trabalho revelar os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Ca-ged), que mostraram a abertura de 137.303 vagas formais de trabalho em janeiro, quase três vezes mais do que o esperado pelo mercado, após um dezembro de forte recuo nos postos de trabalho com carteira assinada.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# BC lucra R\$ 270,9 bi e vai dar R\$ 28,1 bi ao Tesouro

O Banco Central (BC) divulgou ontem o balanço financeiro de 2024 com lucro de R\$ 270,9 bilhões, sendo que, destes, R\$ 28,163 bilhões irão para o Tesouro Nacional em até dez dias úteis, para ajudar na gestão da dívida pública. O balanço foi aprovado ontem em reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), composto pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), a ministra Simone Tebet (Planejamento) e o presidente do BC, Gabriel Galípolo.

O resultado do BC, quando positivo, deve ser repassado ao Tesouro, mas só depois de a autoridade monetária formar reservas. Os lucros com câmbio ficam guardados no próprio BC, aumentando seu patrimônio e ajudando a cobrir possíveis perdas cambiais. Já os lucros que não têm a ver com o câmbio são enviados ao Tesouro. Antes de 2019, todo o lucro do BC, tanto do câmbio quanto o restante, ia para o Tesouro.

O lucro de 2024 foi composto por R\$ 242,8 bilhões de operações cambiais e pelos R\$ 28,2 bilhões a serem transferidos ao Tesouro Nacional.

A transferência não afeta o resultado primário das contas do governo, que fecharam janeiro com um superávit de R\$ 84,9 bilhões, contra R\$ 79,3 bilhões no mesmo período de 2024. O dado é o terceiro melhor para o mês na série histórica. No acumulado em 12 meses, há déficit de R\$ 42,2 bilhões (0,32% do **PIB**).

**DÉFICIT EXTERNO: 3% DO PIB**

Já as contas externas tiveram déficit de US\$ 8,7 bilhões em janeiro, contra US\$ 4,4 bilhões no mesmo período do ano passado.

No acumulado em 12 meses, o déficit em transações correntes somou US\$ 65,4 bilhões (3,02% do **PIB**), 166,9% acima dos US\$ 24,5 bilhões (1,11% do **PIB**) de 2024.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Alvo de preocupação, gasto com BPC cresce 15% em janeiro

Uma das principais preocupações fiscais para a equipe econômica do governo Lula, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) cresceu 14,8% em termos reais em janeiro, apesar do pente-fino iniciado no ano passado. Os dados constam no Resultado do Tesouro Nacional do último mês, divulgado ontem pelo Ministério da Fazenda.

As despesas com o BPC somaram R\$ 10 bilhões no último mês, ante R\$ 8,7 bilhões no mesmo mês de 2024.

A secretária-adjunta do Tesouro Nacional, Viviane Varga, afirmou que o gasto com o programa é tema de acompanhamento contínuo da pasta. Segundo ela, medidas tomadas no fim do ano passado, que apertaram as regras para concessão do benefício, devem fazer efeito ainda este ano.

"Temos expectativa de que os fatores que fizeram esse aumento expressivo arrefeçam e possam entrar em trajetória compatível com alocação e demanda de recursos para políticas públicas", falou a secretária.

Na quarta-feira, auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) revelou que fraudes no programa podem totalizar R\$ 5 bilhões ao ano. O Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)** prometeu acolher as recomendações da corte e implementar melhorias no controle do benefício.

O governo central registrou superávit primário de R\$ 84,882 bilhões em janeiro de 2025. Com isso, no acumulado de 12 meses até o mês, o governo central teve déficit de R\$ 42,2 bilhões, o equivalente a 0,32% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

A meta de resultado primário para este ano é novamente de déficit zero, mas pode ser negativa em até 0,25 ponto percentual do **PIB**, o equivalente a R\$ 31 bilhões.

Em janeiro de 2024, as contas ficaram positivas em R\$ 79,5 bilhões, em valores nominais. Em 2024 como um todo, por sua vez, houve déficit de R\$ 11 bilhões (0,09% do **PIB**).

Como o Orçamento ainda não foi aprovado pelo Congresso, o governo tem executado suas despesas discricionárias em 1/18. Ainda assim, o crescimento

real das despesas sujeitas a esse limite, segundo o Tesouro, foi de 10%.

Técnicos do órgão explicaram que esse aumento ocorreu devido a um maior orçamento para as discricionárias neste ano em relação à 2024, e também pela maior execução dos valores liberados aos órgãos públicos em relação a janeiro do ano anterior.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188129?page=18&section=1>

# Pente-fino avança, mas meta de economia do governo segue distante

As medidas de pente-fino em benefícios sociais anunciadas no ano passado parecem dar resultados iniciais, mas o trabalho ainda não está completo se o governo quiser contar com essa economia para cumprir, em 2025, o teto do arcabouço fiscal para o crescimento das despesas.

Dados disponíveis indicam economia com as medidas de R\$ 10,1 bilhões até o momento, em termos anualizados, segundo o BTG Pactual. Considerando as medidas anunciadas em agosto de 2024 e as do pacote de gastos aprovado em dezembro passado, o governo tem projeção de economia de R\$ 29,3 bilhões em 2025, segundo o BTG, enquanto o banco prevê R\$ 26 bilhões. "Não está na estaca zero, mas ainda tem um trabalho para fazer", diz Fábio Serrano, economista do BTG Pactual. Procurados, os ministérios do Planejamento e do Desenvolvimento e Assistência Social não se pronunciaram.

A estimativa de economia de R\$ 10 bilhões anualizados, por ora, resulta da redução no número de beneficiários do auxílio-doença e do Bolsa Família (BF), segundo o BTG.

Em janeiro, o número de beneficiários do BF foi reduzido em 325 mil, gerando uma economia anualizada de R\$ 2,7 bilhões, caso o número de beneficiários não volte a subir até dezembro de 2025, diz Serrano.

Já em setembro de 2024 (último dado disponível), os beneficiários do auxílio-doença também foram reduzidos em 180 mil, resultando em uma economia anualizada de R\$ 4 bilhões, de acordo com o BTG. A partir de informações do sistema Siga Brasil, Serrano diz que o gasto de janeiro com o auxílio-doença sugere uma possível redução adicional de beneficiários, que, se confirmada, pode elevar a economia total anual para R\$ 7 bilhões.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), por outro lado, segue como o principal ponto de preocupação, sem sinais de desaceleração no ritmo de concessões, segundo Serrano. "Está crescendo, no mês a mês, 1% e, no ano contra ano, mais de 10%. Não tem nenhum sinal de ajuste e tem uma parte do pente-fino que teria de vir daí", afirma.

Outro ponto de preocupação, segundo ele, é a fila do

**INSS**, que "explodiu" nos últimos meses de 2024 e encostou em 2 milhões até novembro. "A fila meio que voltou para o patamar de antes do esforço de redução. Pode ser uma pressão para que isso volte a acelerar depois", afirma Serrano.

Na sua avaliação, o governo está mais próximo de cumprir a meta de resultado primário este ano do que estava em relação a 2024. "Se fossem fazer uma gestão do orçamento conservadora, como há algumas receitas incertas, deveriam começar o ano com algum tipo de contingenciamento. Mas, se não fizerem, também não acho que é tão o fim do mundo quanto foi no ano passado. O nosso cenário-base, hoje, é de cumprimento da meta." A meta para este ano é de um resultado primário (receitas menos despesas, exceto gastos com juros) zerado, mas há tolerância para um déficit de até 0,25% do **PIB**.

O cenário-base atual do BTG também inclui o cumprimento do teto de crescimento das despesas de 2,5%, em termos reais, "mas é um pouco mais desafiador, porque precisa que o pente-fino dê todo certo", diz Serrano.

Por isso, para ele, o bloqueio - instrumento do governo para garantir o cumprimento do teto - é mais urgente do que o contingenciamento nas primeiras avaliações bimestrais do ano.

"Só que, para saber quanto precisa bloquear, preciso saber quanto vai ter no Orçamento, e, até agora, só temos o PLOA [Projeto de Lei Orçamentária Anual]", diz Serrano. O relator da peça orçamentária de 2025, senador Angelo Coronel (PSD-BA), afirmou recentemente que a votação deve acontecer somente em meados de março.

Considerando as projeções do PLOA, Serrano diz que os gastos com BPC e Previdência ainda estão subestimados em cerca de R\$ 20 bilhões, já considerando o pente-fino, o novo salário mínimo e a atualização da **inflação**. "Se aprovar sem nenhuma mudança nessas projeções de despesa, deveria ter um bloqueio de R\$ 20 bilhões. Se fizerem um ajuste de R\$ 20 bilhões, não precisaria bloquear nada. Vai depender de onde vão colocar essa régua inicial", diz Serrano.

O projeto de lei do Orçamento para 2025 apresentado

em agosto de 2024 assumia salário mínimo mensal de R\$ 1.509 para este ano, aumento nominal de 6,9% ante 2024, observa Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays. Um "componente fundamental", diz, do pacote de ajustes aprovado em dezembro do ano passado, porém, foi limitar o aumento real do salário mínimo em 2025 a 2,5%, a mesma taxa do teto de gastos. Com isso, o salário mínimo de 2025 foi fixado em R\$ 1.518. "Embora represente aumento nominal de 7,5% em relação aos níveis de 2024, é apenas 0,6% acima da premissa do PLOA, em vez do 1,3% que teria sido caso a regra de ajuste não tivesse sido alterada."

Ainda assim, ele calcula que os gastos com os benefícios previdenciários em 2025, por exemplo, estão subestimados pelo governo em R\$ 10 bilhões. "Ajustar as despesas é a parte mais complexa na atualização do projeto de lei do Orçamento original para 2025", afirma Secemski.

Não está na estaca zero, mas ainda tem trabalho para fazer"

- Fábio Serrano

Estimar, neste momento, quanto o governo poderia implementar de congelamento de gastos (contingenciamento e/ou bloqueio) na primeira avaliação bimestral de receitas e despesas é "muito difícil", diz Secemski, porque a versão oficial do Orçamento está "muito desatualizada" "Para começar, algo na faixa de R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões pode ser visto como sinal prudencial", afirma.

O primeiro relatório de bimestral de revisão de 2025 está previsto para 22 de março, mas a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), desta vez, estabeleceu que, na ausência de Orçamento aprovado, a divulgação do relatório bimestral não é obrigatória.

Secemski lembra que não é a primeira vez que um Orçamento não é votado antes do início do novo ano: em 2021, na gestão de Jair Bolsonaro, ele não foi aprovado até 25 de março, após o primeiro prazo para a atualização bimestral do Orçamento. Naquela ocasião, diz, o governo ainda apresentou um relatório em 22 de março, mas destacou que o procedimento foi feito para fins informativos e de transparência, dada a ausência de um Orçamento aprovado.

"Mesmo que essa avaliação considerasse então que um bloqueio de R\$ 17,6 bilhões em despesas era necessário para respeitar o teto de gastos, a equipe econômica opinou que, na ausência de um Orçamento aprovado, "não era possível" realizar os ajustes necessários. Eventualmente, o Congresso aprovou o

que foi chamado de um "orçamento inexecutável, mudando significativamente a proposta apresentada pelo governo para acomodar gastos adicionais com emendas de relator. Um relatório extraordinário foi, finalmente, publicado em 22 de abril, indicando que um corte ainda maior de R\$ 29,1 bilhões era necessário para cumprir o teto de gastos", diz.

Como o projeto de lei de diretrizes orçamentárias de 2025 foi aprovado em dezembro - bem depois do prazo original de meados de julho -, existem regras regulando a execução temporária do orçamento. Enquanto os gastos obrigatórios (como aposentadorias e folha de pagamento) são pagos conforme a necessidade, observa Secemski, a execução mensal das despesas discricionárias (não obrigatórias) é limitada a 1/12 ou 1/18 dos gastos previstos no projeto de lei do Orçamento para este ano, até que ele seja aprovado.

Ainda que o Orçamento seja aprovado antes do dia 22 de março, economistas observam que o governo precisaria de vários dias para processar os ajustes necessários, possivelmente adiando a apresentação da primeira atualização bimestral e o anúncio de eventuais cortes para depois ou até maio, quando seria a segunda revisão bimestral.

"No ano passado, o governo evitou implementar qualquer contingenciamento ou bloqueio até a terceira revisão bimestral, em julho, o que afetou negativamente a percepção do mercado sobre seu compromisso com a meta primária", diz Secemski. "Este ano, esperaríamos uma abordagem mais proativa e antecipada, considerando a crise de credibilidade que causou estresse significativo no mercado no segundo semestre de 2024."

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188129?page=1&section=1>

## Trabalho incompleto

Medidas antifraude/pente-fino - em R\$ bilhões

	Previsão do governo	Economia até o momento (anualizada)
<b>Benefícios Assistenciais (BPC)</b>	6,4	0
Cadastro Único desatualizado	4,3	-
Reavaliação médica	2,1	-
<b>Benefícios de Pensão</b>	10,8	7,4
Atestmed	6,2	-
Medidas administrativas	1,4	-
Reavaliação de benefícios por invalidez	3,2	-
<b>Proagro (programa de seguro agrícola)</b>	3,7	0
<b>Seguro Defeso (auxílio a pescadores)</b>	1,1	0
<b>Programa Bolsa Família</b>	5,3	2,7
<b>Folha de Pagamento</b>	2	0
<b>Total</b>	<b>29,3</b>	<b>10,1</b>

Fonte: BTG Pactual

# Intervencionismo no preço dos alimentos pioraria a situação, dizem economistas

Conter a alta dos preços dos alimentos não é tarefa simples, que se resolva com canetadas de efeito imediato, nem é um trabalho que ocorreria sob a influência exclusiva da oferta e da demanda locais, avaliam economistas e especialistas que acompanham a dinâmica do agronegócio. Segundo essas análises, uma coisa é certa: não se vai resolver o problema apenas com medidas de política agrícola.

Para Zeina Latif, sócia-diretora da Gibraltar Consulting, o governo tem dificuldade para adotar medidas fiscais no momento porque tem um déficit alto. "Medida de impacto rápido não tem na prateleira. Muitas medidas tomadas para se ter efeito no curto prazo, como reduzir o imposto de importação, acabam desestimulando a produção lá na frente", diz.

Francisco Pessoa Faria, economista e analista da área de agropecuária, considera difícil para o governo encontrar uma solução no curto prazo a **inflação** dos alimentos. Ele observou que a alta dos preços da carne bovina, por exemplo, é consequência do ciclo pecuário, que leva alguns anos para se modificar. Já o encarecimento do café deve-se a quebras de safra no Brasil e também no exterior.

O economista criticou o plano do governo de taxar as exportações para segurar produto no mercado interno. "Como somos os principais exportadores, se a oferta internacional se reduzir, os preços em dólar vão aumentar, o que pode compensar a exportação, mesmo com taxa adicional. Adotar cotas de exportação gera um problema de longo prazo porque desestimula a produção local e cria um problema político para o governo", afirma Pessoa.

O secretário de Política Agrícola, Guilherme Campos, diz que a intervenção no mercado não é a solução. "O ministro [da Agricultura, Carlos Fávaro] está conversando e procurando alternativas possíveis, não artificiais, sem pirotecnias, que possam afetar o setor mais importante de nossa economia", disse ao Valor.

Grande parte dos especialistas concorda que intervenções do gênero são má ideia. "A melhor política a adotar é não fazer besteira e incentivar a produção agrícola", disse Ivan Wedekin, ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

Ele destacou que houve uma série de choques de

preços durante outros mandatos do presidente Lula, de produtos como arroz, trigo e carnes, e que em nenhum desses episódios tomou-se uma "medida truculenta" de controle do comércio. "O que vai corrigir isso é a evolução do mercado", resumiu.

Fabio Silveira, sócio-diretor da Macro Sector Consultores, tem avaliação similar. Para ele, criar cotas de exportação de alimentos, como integrantes do governo aventaram nos últimos dias, distorce o sistema de preços e acaba gerando ineficiência econômica.

"Quando você desafia as leis do mercado, gera **inflação** e distorções econômicas e enfraquece o nível de atividade do setor", afirmou. Para ele, o melhor que o governo pode fazer é deixar o mercado operar sem interferência.

José Carlos Vaz, ex-secretário de Política Agrícola e consultor jurídico do agronegócio, destaca que a alta dos preços dos alimentos é sazonal e deve se reverter com o avanço da colheita dos grãos e a diminuição do calor em áreas de produção de hortifrutigranjeiros. "Não acho que haja **inflação** de alimentos. É uma repercussão da **inflação** do dólar e dos insumos e do ambiente econômico, de juros altos", disse. "É uma inflamação da economia brasileira."

Silvia Matos, pesquisadora e coordenadora do Boletim Macroeconômico do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), diz que a valorização do real poderia aliviar a pressão inflacionária. Isso depende, no entanto, de uma política fiscal mais austera, com redução de benefícios tributários e do Orçamento público em todas as áreas.

"É preciso fazer algo mais linear. Cortar um Perse [Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos], uma desoneração de folha, fica difícil porque os grupos setoriais se organizam e pressionam o governo para que volte atrás", disse.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188129?page=18&section=1>

# Déficit das contas externas dobra em janeiro

O Brasil registrou déficit em suas transações correntes de US\$ 8,655 bilhões em janeiro, conforme divulgado nesta quinta-feira pelo Banco Central (BC). No mesmo mês de 2024, o saldo da conta corrente foi negativo em US\$ 4,407 bilhões.

Já no acumulado de 12 meses a diferença entre o que o país gastou e o que recebeu nas transações internacionais relativas a comércio, rendas e transferências unilaterais alcançou saldo negativo de US\$ 65,442 bilhões, o equivalente a 3,02% do Produto Interno Bruto (**PIB**) estimado pela autoridade monetária.

Para 2025, o BC calcula déficit em conta corrente de US\$ 58 bilhões, conforme divulgado pela autoridade monetária no último Relatório Trimestral de **Inflação**.

Já o ingresso líquido do Investimento Direto no País (IDP) somou US\$ 6,501 bilhões em janeiro, ante US\$ 9,080 bilhões em janeiro do ano passado.

Fazem parte do IDP os recursos destinados à participação no capital e os empréstimos diretos concedidos por matrizes de empresas multinacionais as suas filiais no país e vice-versa. O retorno de investimento brasileiro no exterior também integra essas estatísticas.

Nos 12 meses encerrados em janeiro, o IDP somou US\$ 68,491 bilhões, ou 3,16% do **PIB**, contra 3% do **PIB** vistos no mesmo período de 2024. O montante é mais do que suficiente para cobrir o déficit em conta corrente de 3,02% do produto nos 12 meses.

O BC calcula IDP de US\$ 70 bilhões para 2025.

Os investimentos estrangeiros em carteira, por sua vez, tiveram saída líquida de US\$ 4,821 bilhões em janeiro. Em janeiro do ano passado houve entrada de US\$ 7,170 bilhões.

No mercado de renda fixa, saíram liquidamente US\$ 6,473 bilhões em janeiro. Considerando apenas as negociações no país nesse segmento, o resultado foi negativo em US\$ 2,370 bilhões.

Já o fluxo de investimentos estrangeiros em ações via bolsas de valores resultou em entrada de US\$ 1,841 bilhão no mês, considerando tanto aplicações via bolsa brasileira quanto via Bolsa de Nova York. Para 2025, o BC calcula que haverá ingresso líquido de investimentos em carteira de US\$ 15 bilhões.

A remessa líquida de lucros e dividendos das empresas para o exterior ficou em US\$ 2,597 bilhões em janeiro, de acordo com o Banco Central. Em janeiro de 2024, por sua vez, a remessa foi de US\$ 2,790 bilhões. O BC calcula remessa líquida de US\$ 44 bilhões em lucros e dividendos para 2025.

Para 2025, o Banco Central calcula déficit em conta corrente de US\$ 58 bilhões

As novas emissões de dívida externa de médio e longo prazo por empresas privadas e estatais somaram o equivalente a 98% das amortizações vencidas em janeiro.

Já os gastos dos brasileiros em viagens internacionais somaram US\$ 1,784 bilhão em janeiro, ante US\$ 1,666 bilhão no mesmo mês do ano passado. Os estrangeiros que estiveram no país deixaram US\$ 805 milhões, ante US\$ 801 milhões em janeiro de 2024. Assim, houve déficit na conta de viagens de US\$ 979 milhões no período, ante US\$ 865 milhões um ano antes.

O BC calcula déficit de viagens de US\$ 10 bilhões para 2025.

O Banco Central realizou uma revisão metodológica sobre a conta de viagens internacionais das estatísticas do setor externo. Segundo o BC, a revisão teve aprimoramentos na metodologia de estimação estatística e adoção de novas fontes de informações.

Em nota divulgada junto com as estatísticas do setor externo publicadas nesta quinta-feira, o BC explica que a revisão abrangeu o período de janeiro de 2022 a dezembro de 2024. Segundo o BC, o método anterior considerava apenas os contratos de câmbio de códigos específicos relacionados à conta de viagens. A revisão levou a uma elevação na conta de despesas com viagens e do déficit em transações correntes.

O BC informou que o avanço da tecnologia financeira e a modernização da legislação cambial permitiram o surgimento de novos instrumentos financeiros com custos operacionais menores que facilitaram a adoção de turistas em viagens ao exterior. Segundo o BC, nesses casos a transferência de recursos ao exterior se dá por uma operação de câmbio no código de depósitos e não do de viagens.

Com a revisão, as "transações anteriormente

classificadas como constituição de depósitos no exterior passaram a figurar nas estatísticas do balanço de pagamentos como despesas no exterior, efetuadas por viajantes residentes", explicou o BC.

Segundo o Banco Central, as despesas líquidas em viagens aumentaram US\$ 1,3 bilhão em 2022, US\$ 3,4 bilhões em 2023 e US\$ 4,8 bilhões em 2024 com as revisões. No caso do ano passado, as despesas passaram de US\$ 14,825 bilhões para US\$ 19,671 bilhões.

Essa revisão em conjunto com outras atualizações, como o número de exportações e importações atualizados pela Secretaria de Comércio Exterior, contribui para elevação do déficit em transações correntes de 2024. O número passou de US\$ 55,966 bilhões para US\$ 61,194 bilhões.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188129?page=18&section=1>**

# Com acordo, STF restaura transparência das emendas (Editorial)

Um acordo aceito ontem pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, parece ter posto um fim temporário à falta de controle das emendas parlamentares. Em princípio, o acordo restabelece princípios constitucionais e dita o óbvio: os repasses precisam ter autoria clara, destino certo e finalidade definida. Não era o que estava ocorrendo com as emendas do relator, as do "orçamento secreto", nem com as emendas Pix, que não exigiam nem autoria nem finalidade para verbas públicas que poderiam ser utilizadas a bel-prazer dos prefeitos. As emendas Pix ganharam ímpeto, e as do relator foram criadas, no governo de Jair Bolsonaro, que delegou a coordenação política ao Congresso, dominado pelos partidos do Centrão.

As emendas proliferaram a partir de 2015, quando a Câmara, sob a presidência de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), tornou impositivas as emendas individuais. Depois as emendas de bancada tiveram o mesmo status em 2019. Com poder ampliado pelo vácuo do Executivo de Bolsonaro, o Congresso criou as emendas do relator, cujos recursos eram distribuídos em segredo pelas lideranças do Congresso a feudos eleitorais sem qualquer critério definido e sem equidade entre partidos. Em 2023, no primeiro ano do governo Lula, com orçamento definido em 2022, as emendas do relator atingiram R\$ 23 bilhões, parte de emendas que somaram R\$ 35,3 bilhões. Em 2019, não ultrapassaram R\$ 13,4 bilhões. A ministra Rosa Weber, do STF, mandou suspender seu pagamento, apontando clara inconstitucionalidade, e ordenou que o Congresso restaurasse a transparência no manejo de recursos públicos.

O Congresso deu sinal de que respeitaria os rituais no futuro, mas as emendas sob o signo do relator do passado, que continuaram a ser pagas, permaneceram sem autor e finalidade, como determinado - tarefa que as lideranças parlamentares disseram ser impossível realizar retrospectivamente. Uma parte dos recursos do orçamento secreto foi protelada na rubrica restos a pagar, que se estendeu até dezembro do ano passado. Nesse intervalo, Dino, ex-ministro da Justiça do governo Lula, foi nomeado para o STF e suspendeu o pagamento de todas as emendas até que as determinações do Supremo fossem cumpridas ao pé da letra.

Abriu-se uma negociação, que ocorreu enquanto se

avolumavam indícios de malversação do dinheiro objeto das emendas e dos inquéritos para apurá-los. Na quarta-feira, uma proposta do Executivo e do Legislativo foi aceita por Dino, disciplinando as emendas de comissão e estabelecendo exigências para que as restantes do relator possam ser pagas. Houve exceções. Repasses a ONGs suspeitas de irregularidades e sob averiguação da Controladoria-Geral da União (CGU) continuam suspensos, assim como as não corretamente identificadas emendas do relator.

O Congresso se mobilizou para manter intactos os recursos das emendas. O orçamento de 2025 contempla R\$ 11,5 bilhões para as comissões, que, somados aos R\$ 38,9 bilhões de emendas impositivas, perfazem R\$ 50,4 bilhões. Elas consumirão 21,9% dos R\$ 230 bilhões de despesas não obrigatórias do orçamento. Não há país no mundo em que o Congresso possui tal fatia orçamentária para si. Uma das maiores dotações ocorre nos EUA e não ultrapassa 2,6%.

Outro passo dado pelos parlamentares foi mais criativo. Emendas dos primeiros anos de Bolsonaro inscritas em restos a pagar foram extintas em dezembro de 2024. Um projeto no Senado, elaborado pelo próprio líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), ressuscitou-as e estendeu o prazo até dezembro de 2026. Os senadores aprovaram ideia rapidamente, por 65 votos favoráveis e só um contrário. A Câmara já aprovou o regime de urgência para votar o projeto, o que deve ocorrer logo. Estima-se que esses restos a pagar somem R\$ 15,9 bilhões.

Apenas parte das emendas é feita dentro dos programas de planejamento central orçamentário, e a maior parte delas busca atender interesses de currais eleitorais, ou mesmo pecuniários. É uma apropriação incorreta de recursos federais, pois a Constituição já define a partilha de recursos com Estados e municípios para que suas necessidades sejam atendidas, por meio de transferências da União e do ICMS (Maílson da Nóbrega, Valor, 25/2). As transferências cresceram muito desde a pandemia, 43,2% já descontada a **inflação**, a ponto de que os gastos primários de Estados e municípios no terceiro trimestre de 2024 terem ultrapassado os da União: R\$ 631 bilhões e R\$ 515 bilhões, respectivamente (Valor,

25/2).

A hipertrofia das emendas influi na representação política, como mostraram as eleições municipais: 85% dos prefeitos foram reeleitos. Os partidos consolidam uma pirâmide de apoio de vereadores, prefeitos e governadores com obras discricionárias. Esse arranjo reduziu a capacidade do Executivo de formar base governista fiel, mas o Congresso não pretende abrir mão do poder conquistado. Em uma das questões políticas mais relevantes, o destino dos recursos públicos, criou-se um foco de disputa permanente. Dino, do STF, teve o mérito de exigir que a repartição das receitas seja feita segundo regras, às claras, e que permitam monitoramento público.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188129?page=18&section=1>**

# Relatório técnico do Ibama recomenda veto à pesquisa na Margem Equatorial (meio ambiente)

**Fabio Grecchi +**

Está nas mãos de Rodrigo Agostinho, presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a liberação da exploração de petróleo na Margem Equatorial do litoral brasileiro. Isso porque técnicos da autarquia emitiram um parecer, que está sendo mantido em sigilo, recomendando que a pesquisa e prospecção da área sejam negadas à Petrobras. A razão do veto é conhecida: a ameaça ao bioma marinho em frente à foz do Rio Amazonas.

O documento não impede o licenciamento da exploração do Bloco 59 da bacia. Agostinho pode não acatar a recomendação. Porém, essa hipótese é considerada remota, uma vez que o presidente da autarquia tem o histórico de prestigiar o corpo técnico, sempre acompanhando as recomendações que lhe são passadas.

Mas uma nova negativa colocaria mais pressão sobre Agostinho e, sobretudo, sobre a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudança do Clima - que apadrinhou a indicação do ex-deputado federal do PSB para o cargo. Dentro do Palácio do Planalto, na atual cúpula da Petrobras e no Ministério das Minas e Energia, o Ibama é visto como uma barreira para que se iniciem as pesquisas de prospecção na Margem Equatorial. Sobretudo quando se sabe que a British Petroleum explora a mesma área - porém, no litoral da Guiana - e a francesa Total Energies prospecta no Suriname.

A negativa do Ibama pode acelerar, também, a queda de Agostinho do comando da autarquia, que seria incluída no pacote da **reforma ministerial**. Por causa da necessidade de reforçar o time de articuladores políticos do Palácio do Planalto, cogita-se a saída de Márcio Macêdo da Secretaria-Geral da Presidência da República, que seria realocado no comando do instituto.

Há, porém, consequências políticas sobre uma troca na presidência do Ibama, com vistas ao alinhamento da autarquia àquilo que pretendem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro Alexandre Silveira, das

Minas e Energia, e a presidente da Petrobras, Magda Chambriard. Se, por um lado, prevalecem os planos do governo e da estatal, por outro, desestimula e desautoriza, novamente, o corpo técnico do Ibama, submetido a maus momentos no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

À época, a equipe de funcionários passou por acelerado esvaziamento, além de ter enfrentado várias barreiras à atuação - sobretudo no desmatamento de biomas, como o Cerrado e a Amazônia, e na exploração ilegal de madeira no Pará. Além disso, o Ibama foi comandado por um coronel da Polícia Militar paulista: Luís Carlos Hiromi Nagao, que indicou outros colegas de corporação para duas diretorias. Tudo sob a chancela do então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles.

Antes de vir à tona a recomendação dos técnicos do Ibama de que não haja pesquisa para eventual prospecção na foz do Amazonas, Magda Chambriard deixou claro o incômodo, ontem, com as exigências colocadas pela autarquia. Temos um pedido de licença para perfurar um primeiro poço no litoral do Amapá. O órgão ambiental considera a região sensível, mas estamos prontos para enfrentar essa sensibilidade. Temos equipamentos e métodos moderníssimos, e o compromisso de entregar mais um centro de reabilitação de fauna, caso ocorra um evento indesejável. Vamos entregá-lo até o fim de março. As obras estão em dia e, creio, seja essa a última demanda do Ibama, disse.

Magda, porém, acrescentou que todas as demandas do Ibama foram atendidas tempestivamente. Temos parceria até com a Nasa (a agência espacial dos estados Unidos). O que estamos oferecendo para o Ibama entendemos que está resolvido. Não há mais o que se pedir. Tenho mais de 45 anos nessa indústria e nunca vi esse nível de esforço.

Está nas mãos de Rodrigo Agostinho, presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a liberação da exploração de petróleo na Margem Equatorial do litoral brasileiro. Isso porque técnicos da autarquia emitiram um parecer, que está sendo mantido em sigilo,

recomendando que a pesquisa e prospecção da área sejam negadas à Petrobras . A razão do veto é conhecida: a ameaça ao bioma marinho em frente à foz do Rio Amazonas.

O documento não impede o licenciamento da exploração do Bloco 59 da bacia. Agostinho pode não acatar a recomendação. Porém, essa hipótese é considerada remota, uma vez que o presidente da autarquia tem o histórico de prestigiar o corpo técnico, sempre acompanhando as recomendações que lhe são passadas.

Mas uma nova negativa colocaria mais pressão sobre Agostinho e, sobretudo, sobre a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudança do Clima - que apadrinhou a indicação do ex-deputado federal do PSB para o cargo. Dentro do Palácio do Planalto, na atual cúpula da Petrobras e no Ministério das Minas e Energia, o Ibama é visto como uma barreira para que se iniciem as pesquisas de prospecção na Margem Equatorial. Sobretudo quando se sabe que a British Petroleum explora a mesma área - porém, no litoral da Guiana - e a francesa Total Energies prospecta no Suriname.

A negativa do Ibama pode acelerar, também, a queda de Agostinho do comando da autarquia, que seria incluída no pacote da **reforma ministerial**. Por causa da necessidade de reforçar o time de articuladores políticos do Palácio do Planalto, cogita-se a saída de Márcio Macêdo da Secretaria-Geral da Presidência da República, que seria realocado no comando do instituto.

Há, porém, consequências políticas sobre uma troca na presidência do Ibama, com vistas ao alinhamento da autarquia àquilo que pretendem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro Alexandre Silveira, das Minas e Energia, e a presidente da Petrobras, Magda Chambriard. Se, por um lado, prevalecem os planos do governo e da estatal, por outro, desestimula e desautoriza, novamente, o corpo técnico do Ibama, submetido a maus momentos no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro .

À época, a equipe de funcionários passou por acelerado esvaziamento, além de ter enfrentado várias barreiras à atuação - sobretudo no desmatamento de biomas, como o Cerrado e a Amazônia, e na exploração ilegal de madeira no Pará. Além disso, o Ibama foi comandado por um coronel da Polícia Militar paulista: Luís Carlos Hiromi Nagao, que indicou outros colegas de corporação para duas diretorias. Tudo sob a chancela do então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles.

Antes de vir à tona a recomendação dos técnicos do

Ibama de que não haja pesquisa para eventual prospecção na foz do Amazonas, Magda Chambriard deixou claro o incômodo, ontem, com as exigências colocadas pela autarquia. Temos um pedido de licença para perfurar um primeiro poço no litoral do Amapá. O órgão ambiental considera a região sensível, mas estamos prontos para enfrentar essa sensibilidade. Temos equipamentos e métodos moderníssimos, e o compromisso de entregar mais um centro de reabilitação de fauna, caso ocorra um evento indesejável. Vamos entregá-lo até o fim de março. As obras estão em dia e, creio, seja essa a última demanda do Ibama , disse.

Magda, porém, acrescentou que todas as demandas do Ibama foram atendidas tempestivamente. Temos parceria até com a Nasa (a agência espacial dos estados Unidos). O que estamos oferecendo para o Ibama entendemos que está resolvido. Não há mais o que se pedir. Tenho mais de 45 anos nessa indústria e nunca vi esse nível de esforço .

**Site:**

**<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2025/02/7072733-relatorio-tecnico-do-ibama-recomenda-veto-a-pesquisa-na-margem-equatorial.html>**

# FGTS: governo publica hoje MP para liberar saldo retido do saque-aniversário; veja perguntas e respostas

O governo Lula vai editar nesta sexta-feira a medida provisória (MP) para liberar o saldo do Fundo de Garantia de trabalhadores que aderiram ao **saque-aniversário** do **FGTS** e que tenham sido demitidos depois disso. Segundo o Ministério do Trabalho, a expectativa é injetar R\$ 12 bilhões na economia.

Os pagamentos começarão já na quinta-feira, 6 de março. A Medida Provisória (MP) beneficia os trabalhadores que, desde janeiro de 2020, optaram pelo **saque-aniversário** e foram demitidos, ficando com o saldo do **FGTS** retido. Os recursos serão liberados em duas parcelas:

Após a publicação da MP, trabalhadores optantes ou que vierem a optar pelo **saque-aniversário** e forem demitidos não poderão acessar o saldo do **FGTS**, que continuará retido, de acordo com o governo.

Os pagamentos começam na quinta-feira, 6 de março, para os trabalhadores que possuem conta cadastrada no aplicativo do **FGTS** Caixa. Já para aqueles que não têm conta cadastrada, os recursos serão liberados nos dias 6, 7 e 10 de março, conforme o mês de nascimento. A segunda parcela, destinada aos valores superiores a R\$ 3.000, será paga nos dias 17, 18 e 20 de junho.

Desde 2020, o **saque-aniversário** retirou R\$ 142 bilhões do **FGTS**. Desses, aproximadamente 66% foram repassados aos bancos devido à alienação do saldo, enquanto apenas 34% foram pagos diretamente aos trabalhadores.

Atualmente, 37 milhões de trabalhadores com conta ativa no **FGTS** escolheram o **saque-aniversário**, e 25 milhões deram seu saldo de **FGTS** em garantia aos bancos em operações de crédito de antecipação **saque-aniversário**.

Quem pode acessar?

Cerca de 12,1 milhões de trabalhadores que optaram pelo **saque-aniversário** desde janeiro de 2020 até a data de publicação da MP e foram demitidos, com o saldo do **FGTS** retido.

Quem não poderá sacar?

Após a publicação da MP, trabalhadores optantes ou que vierem a optar pelo **saque-aniversário** e forem demitidos não poderão acessar o saldo do **FGTS**, que permanecerá retido.

Até quando vale a medida?

O benefício é válido para trabalhadores demitidos até a data da publicação da MP. Após essa data, os trabalhadores que optaram pelo **saque-aniversário** não poderão usufruir da medida e seu saldo continuará retido.

O trabalhador que já está em outro emprego pode receber?

Sim, o trabalhador poderá acessar os valores relativos ao vínculo do qual foi demitido, mesmo que já tenha um novo emprego.

Como o trabalhador pode sacar?

Os valores serão creditados automaticamente na conta cadastrada no aplicativo do **FGTS**. Caso não tenha conta cadastrada, o trabalhador deve procurar os canais de atendimento da Caixa com seus documentos pessoais.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/02/28/fgts-governo-publica-hoje-mp-para-liberar-saldo-retido-do-saque-aniversario-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>

# Pedra no sapato de Lula, inflação pode aumentar com MP do FGTS

**Wanderley Preite Sobrinho**

Os R\$ 12 bilhões que o governo federal liberou do **FGTS** aos trabalhadores que aderiram ao **saque-aniversário** têm o potencial de aquecer a economia e melhorar a avaliação do presidente Lula. A medida, no entanto, também vai pressionar a **inflação**, um dos principais responsáveis por sua baixa popularidade.

A Medida Provisória (MP) publicada por Lula nesta sexta-feira (28) libera R\$ 12 bilhões. O dinheiro será entregue apenas aos trabalhadores que aderiram ao **saque-aniversário** e foram demitidos entre janeiro de 2020 e esta sexta, data da publicação da MP.

A Medida Provisória vai entregar dinheiro extra para 12,1 milhões de brasileiros. Os valores serão creditados na conta cadastrada no **FGTS** em duas etapas: na primeira, será pago até R\$ 3.000. "Se o valor for superior, o saldo restante será liberado em uma segunda etapa, a contar 110 dias após a publicação [da MP]", informou o Ministério do Trabalho.

A medida foi destravada pelo governo no momento em que Lula enfrenta seu mais baixo índice de popularidade. O anúncio se deu dez dias após pesquisa Datafolha mostrar que a popularidade de Lula caiu 11 pontos percentuais: foi de 35% para 24% em dois meses, o pior índice dos seus três mandatos. A reaprovação do governo saltou de 34% para 41%.

A aposta do governo é que o dinheiro impulse o consumo e reduza o endividamento do brasileiro. "Isso ocorre porque os recursos, antes retidos, agora estarão disponíveis para as famílias, gerando aumento no consumo de bens e serviços, podendo até aumentar os investimentos", avalia Igor Gondim, professor de Finanças do curso de Administração da ESPM. "Essa liberação também pode reduzir o endividamento da população."

O problema é que mais dinheiro na praça pode significar aumento de preços. "Um efeito indesejável é um possível impacto inflacionário, já que espera-se um aumento no consumo", diz o especialista. A **inflação** preliminar de fevereiro foi de 1,23%, a mais alta para o mês desde 2016 (1,42%). Em 12 meses, a **inflação** já acumula 5,96%, acima do teto da meta, que é 4,5%.

"Essa liberação pode sim gerar mais **inflação**", concorda a economista Marisa Rossignoli. "É num momento em que a gente já está com perspectiva de alta na **inflação**", diz a professora da Universidade de Marília. "Esse dinheiro deve entrar na economia imediatamente: uma injeção de dinheiro para consumo, que não traz mudanças estruturais de investimento, como em industrialização."

Uma pesquisa de janeiro atribuiu à **inflação** dos alimentos parte da queda na popularidade do presidente. "O brasileiro está sentindo o aumento do preço dos alimentos. É a terceira razão que explica a queda na avaliação do governo Lula", afirmou Guilherme Russo, diretor de Inteligência da Quaest. A **inflação** dos alimentos no acumulado de 12 meses está acima da **inflação** geral: foi de 7,12% até fevereiro, contra 4,96%, segundo o IPCA-15.

Marisa Rossignoli, economista

A **inflação** provocada pelos R\$ 12 bi é o menor dos problemas para o economista Ricardo Rodil. Como o valor representará 0,1% do **PIB** (Produto Interno Bruto), ele acredita que "a pressão inflacionária não será violenta". "O que preocupa mais é o sinal que o governo está dando aos agentes econômicos", diz. "O governo federal está disposto a fazer o diabo para que sua popularidade pare de derreter?", questiona o economista da consultoria Crowe Macro Brasil.

Rossignoli concorda. "Entendo que é uma medida política para tentar reverter a opinião de pelo menos uma parte da população que tinha uma visão mais otimista do governo e passou a ficar mais pessimista", afirma.

Rodil lembra de outras medidas do governo com potencial de melhorar a popularidade do presidente. Lula foi à rádio e à TV anunciar distribuição de bolsas para os estudantes e a oferta de mais remédios gratuitos. "A prometida isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000 mensais pode custar outros R\$ 46 bilhões", diz. "A isso se soma à quase nula disposição do governo em cortar gastos."

Ricardo Rodil, economista

Criado pelo governo Jair Bolsonaro, o **saque-aniversário** passou a valer em 2020. Com a mudança,

o trabalhador com carteira assinada foi autorizado a optar por sacar uma parte do dinheiro do Fundo uma vez por ano no mês de seu aniversário, com prazo de 60 dias para o saque.

Em compensação, esse funcionário ficou proibido de sacar o que restou no **FGTS** na hora da demissão. Embora ainda receba a multa de 40% sobre os depósitos do Fundo, o que sobrou na conta só poderá ser retirado na aposentadoria, na compra da casa própria, ou em outros casos previstos em lei. O saque integral só ficou assegurado aos trabalhadores que não aderiram ao **saque-aniversário**.

Esse saque autorizado pela Medida Provisória é extraordinário. Só terá direito a ele quem aderiu ao **saque-aniversário** e foi demitido até a publicação da MP. A regra não muda para os trabalhadores que permanecerem na modalidade e forem demitidos após a MP: o que sobrar no Fundo após a demissão ficará retido. Para que todos tivessem direito ao saque, o Congresso precisaria aprovar uma nova lei em substituição à aprovada no governo Bolsonaro.

Aproximadamente 37 milhões de brasileiros aderiram ao **saque-aniversário** desde 2020. Até agosto de 2024, R\$ 125,4 bilhões foram sacados. Se mudarem de ideia e quiserem retirar todo o saldo na demissão, esses trabalhadores podem pedir para voltar à modalidade tradicional, o saque-rescisão, mas terão de esperar 25 meses de carência. Se forem demitidos antes disso, não poderão sacar o saldo do **FGTS**.

O trabalhador pode sacar anualmente de 5% a 50% do saldo do **FGTS**. Depois, adiciona-se uma parcela adicional que depende do saldo disponível. Saca mais quem tem menos na conta:

**Site:**

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/02/28/fgts-mp-saque-aniversario-inflacao-economia-governo-lula.htm>